

AMÉRICA LATINA: DO REGIONALISMO À GEOPOLÍTICA DOS MINERAIS CRÍTICOS

Regiane Nitsch Bressan¹

Resumo: Este artigo analisa as relações internacionais da América Latina no cenário internacional contemporâneo. O sistema global atravessa transformações profundas marcadas pela rivalidade entre Estados Unidos e China. A região enfrenta um processo de "regionalismo líquido", onde as instituições são instáveis e dependem das preferências dos governos nacionais. O texto destaca a entrada em vigor do acordo entre Mercosul e União Europeia em maio de 2026. Este tratado representa uma estratégia para diversificar as parcerias econômicas e atrair investimentos tecnológicos. Além disso, o estudo examina a importância estratégica dos minerais críticos, como o lítio e o cobre. A América Latina detém reservas essenciais para a transição energética e a transformação digital global. O controle desses recursos coloca o continente no centro da disputa geoeconômica mundial. O artigo conclui que o Brasil deve liderar a busca por autonomia estratégica regional. A cooperação pragmática entre os vizinhos é fundamental para enfrentar as pressões das grandes potências e garantir o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: América Latina; Regionalismo Líquido; Mercosul-União Europeia; Minerais Críticos; Geopolítica.

¹ Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP. Escola Paulista de Política, Economia e Negócios - EPPEN

Profa. Associada do Curso de Relações Internacionais.

Abstract: This article analyzes the international relations of Latin America in the contemporary international scenario. The global system undergoes profound transformations marked by the rivalry between the United States and China. The region faces a process of "liquid regionalism," where institutions are unstable and depend on the preferences of national governments. The text highlights the entry into force of the agreement between Mercosur and the European Union in May 2026. This treaty represents a strategy to diversify economic partnerships and attract technological investments. Additionally, the study examines the strategic importance of critical minerals, such as lithium and copper. Latin America holds essential reserves for the energy transition and global digital transformation. The control of these resources places the continent at the center of the global geoeconomic dispute. The article concludes that Brazil must lead the search for regional strategic autonomy. Pragmatic cooperation among neighbors is fundamental to facing pressures from major powers and ensuring sustainable development.

Keywords: Latin America; Liquid Regionalism; Mercosur-European Union; Critical Minerals; Geopolitics.

Introdução

O sistema internacional apresenta transformações profundas desde 2020. A crise do multilateralismo impacta a dinâmica das relações globais contemporâneas. As grandes potências intensificam a competição geopolítica por influência e recursos naturais. Governos ideologicamente polarizados dificultam o diálogo e o consenso entre as nações.

A América Latina enfrenta um cenário de elevada instabilidade e incerteza. Mudanças abruptas na política externa das grandes potências geram insegurança na região. Disputas comerciais e tensões políticas internas fragilizam as instituições dos países vizinhos. A influência crescente de atores de fora da região desafia a autonomia latino-americana.

O regionalismo funciona como o eixo principal da política latina desde meados do século XX. A região experimentou diferentes ondas de integração económica e política ao longo das décadas. Os processos de união mostram uma volatilidade crescente nos últimos vinte anos. Os governos nacionais dependem de mecanismos pouco duradouros e efêmeros para a cooperação.

A América Latina atravessa agora a fase do "regionalismo líquido". O conceito de Zygmunt Bauman explica a natureza instável das iniciativas regionais atuais. As parcerias contemporâneas são menos institucionalizadas e mudam com rapidez. Este artigo analisa como estas divisões e fragmentações afetam a posição da região no mundo.

1. Década de 2000: retomada da integração latino-americana

A ascensão de governos progressistas na América do Sul alterou as prioridades da integração no início do século XXI. Este movimento político promoveu uma redefinição profunda nos objetivos de união entre os países. A liderança regional buscou novos caminhos para fortalecer o desenvolvimento económico e social (Tussie; Trucco, 2010).

Este período ficou conhecido na literatura como a fase do regionalismo pós-liberal. Os especialistas também utilizam o termo regionalismo pós-hegemónico para descrever este momento. A agenda de cooperação expandiu-se para além das questões estritamente comerciais. Os Estados priorizaram o diálogo político e a coordenação social como novos eixos centrais.

Novas iniciativas de integração surgiram neste contexto de mudanças políticas. A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) tornou-se o principal símbolo deste período. A Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) também ganhou relevância internacional. Estas organizações buscaram fortalecer a autonomia política da região perante o mundo.

Os governos ampliaram os mecanismos de coordenação em áreas estratégicas. A cooperação incluiu setores como infraestrutura, defesa e políticas sociais. A integração regional deixou de focar apenas na redução de tarifas alfandegárias. O objetivo principal era construir uma capacidade de decisão própria para o continente (Tussie; Trucco, 2010).

O Conselho de Defesa Sul-Americano representa um exemplo significativo deste processo. A iniciativa surgiu no âmbito da UNASUL para promover a segurança regional. O órgão buscou construir mecanismos próprios para a resolução de conflitos internos. Este conselho fortaleceu a cooperação militar e a confiança mútua entre as nações vizinhas.

A região tentou construir um regionalismo com maior autonomia em relação aos Estados Unidos. Iniciativas como a ALBA enfatizavam a cooperação política e social como alternativa. Este modelo afastava-se das propostas liberais predominantes nas décadas anteriores. A liderança da Venezuela impulsionou estas parcerias baseadas na solidariedade política.

O processo revelou limitações importantes quando as marés políticas mudaram. Os projetos dependiam fortemente da liderança de determinados governos nacionais. A ausência de instituições regionais consolidadas dificultou a continuidade das organizações. Muitas iniciativas perderam força ou desapareceram com a troca de presidentes na região.

A volatilidade destes projetos levou a América Latina ao cenário de "regionalismo líquido" em 2026. As instituições atuais são mais flexíveis e menos duradouras do que no passado. Os países buscam agora parcerias mais pragmáticas e voltadas para setores específicos. O acordo Mercosul-União Europeia e a disputa pelos minerais críticos exemplificam esta nova fase da inserção internacional.

2. Década de 2010: a fragmentação regional

A América Latina experimenta um processo crescente de fragmentação institucional desde a década de 2010. O cenário regional apresenta uma divisão clara entre diferentes modelos de desenvolvimento e cooperação. As instituições tradicionais perdem espaço para novas iniciativas com objetivos variados. Esta desarticulação dificulta a criação de uma voz única do continente no sistema internacional.

Diferentes projetos de integração coexistem no espaço latino-americano atualmente. Estes blocos possuem orientações políticas e econômicas frequentemente divergentes. Alguns países priorizam a abertura comercial e a ligação com mercados globais. Outras nações buscam fortalecer a autonomia política e o papel do Estado na economia.

A criação da Aliança do Pacífico ilustra esta dinâmica de fragmentação a partir de 2012. O bloco reúne economias importantes como Chile, Colômbia, Peru e México. Estes países compartilham uma visão favorável ao livre mercado e ao investimento estrangeiro. A organização funciona com uma estrutura ágil e voltada para resultados comerciais imediatos.

O grupo prioriza estratégias de liberalização comercial profunda entre seus membros. A Aliança busca uma inserção maior nas cadeias globais de valor contemporâneas. Os esforços

dos membros voltaram-se especialmente para a região da Ásia-Pacífico. Esta orientação reflete a necessidade de diversificar os parceiros econômicos além do continente americano.

A literatura interpretou esta iniciativa como um contraponto aos projetos liderados por Brasil e Venezuela. O modelo da Aliança do Pacífico surgiu como uma alternativa ao regionalismo pós-liberal. O bloco pretendia mostrar um caminho diferente daquele seguido pelo Mercosul na época. A disputa ideológica entre os governos marcou a relação entre estas organizações.

Análises recentes sugerem uma realidade mais complexa para estas relações regionais. Os projetos envolvem elementos de competição e também de convergência simultaneamente. Os países buscam áreas comuns de interesse apesar das diferenças políticas profundas. A integração exige pragmatismo para superar as barreiras criadas pelas ideologias.

Instituições tradicionais enfrentam dificuldades graves para manter seu funcionamento. O Mercosul e a Comunidade Andina sofrem com a paralisia decisória constante. As divergências políticas entre os governos nacionais impedem o avanço de agendas comuns. A falta de liderança regional consolidada agrava o enfraquecimento destes blocos históricos.

A ausência de consensos sobre os rumos da integração prejudica a região. A fragmentação institucional reduz a capacidade de negociação coletiva da América Latina. O fenômeno do "regionalismo líquido" descreve bem esta volatilidade das parcerias atuais. A reconstrução da unidade regional permanece como o maior desafio para o futuro próximo.

3. O Regionalismo líquido

A volatilidade institucional na América Latina gerou novas interpretações acadêmicas nas últimas duas décadas. O cenário regional apresenta mudanças constantes que desafiam as teorias tradicionais de integração. Pesquisadores buscam explicar a natureza instável das iniciativas contemporâneas no continente. Este ambiente de incerteza exige ferramentas teóricas mais precisas para a análise internacional (Mariano; Luciano; Bressan, 2021).

O conceito de "regionalismo líquido" destaca-se entre as novas explicações para esta realidade. Este termo busca esclarecer a flexibilidade extrema das iniciativas regionais atuais. O conceito descreve como as instituições deixaram de seguir modelos rígidos ou permanentes. O

regionalismo líquido reflete a fragilidade dos compromissos políticos entre os Estados latino-americanos (Bauman, 2000).

Zygmunt Bauman desenvolveu a noção de "modernidade líquida" em sua obra sociológica. O conceito de regionalismo líquido utiliza esta inspiração teórica para analisar as relações internacionais. A modernidade líquida descreve um mundo onde as formas sociais mudam com rapidez. Os estudiosos Mariano, Luciano e Bressan aplicam esta lógica às organizações da região. (Bauman, 2000).

As instituições regionais contemporâneas apresentam um baixo grau de institucionalização. Elas carecem de secretarias fortes ou órgãos de decisão independentes dos governos. Esta fraqueza torna as organizações dependentes da vontade imediata dos presidentes. As instituições funcionam mais como fóruns de diálogo do que como estruturas sólidas (Mariano; Luciano; Bressan, 2021).

As estruturas regionais mostram uma adaptabilidade excessiva às mudanças políticas internas. A orientação de uma organização muda drasticamente após cada eleição nacional. Mariano, Luciano e Bressan (2021) definem este fenômeno como a criação de instituições flexíveis e pouco duradouras. Esta característica impede a formação de uma identidade regional estável no longo prazo.

As organizações regionais surgem e desaparecem com rapidez relativa neste contexto. Os governos criam novos grupos para refletir suas preferências ideológicas específicas. Eles abandonam os projetos antigos quando estes deixam de servir às prioridades de política externa. Este ciclo de criação e abandono gera uma fragmentação institucional profunda no continente.

A cooperação regional depende fortemente das preferências dos governos nacionais. A falta de regras permanentes torna o regionalismo refém de relacionamentos pessoais entre líderes. Mudanças na política doméstica impactam diretamente a sobrevivência dos projetos de união. Esta dependência limita a capacidade da região de agir como um bloco unido no mundo.

O ano de 2026 confirma a persistência deste modelo de regionalismo líquido. A disputa entre grandes potências exige respostas regionais mais coordenadas e firmes. No entanto, a realidade latino-americana continua marcada pela instabilidade organizacional. A construção de mecanismos de cooperação mais estáveis permanece como o maior desafio para 2026.

4. Estados Unidos e China na América Latina

Mudanças no sistema internacional influenciam profundamente a dinâmica da integração latino-americana (El país, 2026). A rivalidade estratégica entre Estados Unidos e China define este novo contexto geopolítico. As grandes potências disputam influência política e acesso a mercados em todo o continente. Esta competição externa altera as prioridades das relações internacionais na região.

A China ampliou significativamente sua presença econômica na América Latina nas últimas duas décadas. O país asiático tornou-se o principal parceiro comercial de nações como Brasil, Chile e Peru. O fluxo de capitais chineses sustenta importantes balanços comerciais no continente. Esta parceria comercial gera oportunidades de crescimento, mas também cria novos laços de dependência.

Os investimentos chineses concentram-se em setores estratégicos como infraestrutura, energia e mineração. Empresas do país asiático financiam grandes obras de conectividade e logística na região. O interesse chinês volta-se especialmente para a extração de recursos naturais necessários à sua indústria. Esta presença chinesa reconfigura as relações internacionais e as cadeias produtivas locais (CCDIBC, 2026).

Os Estados Unidos percebem a crescente influência chinesa como um desafio estratégico direto. A potência norte-americana considera a América Latina sua esfera de influência histórica. Washington observa com preocupação a expansão dos investimentos e da tecnologia chinesa nos países vizinhos. Esta percepção de ameaça intensifica a pressão diplomática sobre os governos latino-americanos.

A competição entre as duas potências utiliza diversos instrumentos de poder geoeconômico. Projetos de infraestrutura e acordos comerciais servem como ferramentas nesta disputa geopolítica. A tecnologia e o acesso a redes de comunicação tornaram-se campos de batalha entre as empresas globais. Os países latinos funcionam como um espaço relevante para esta disputa por hegemonia.

O ano de 2026 apresenta um cenário de moderada recuperação econômica para a região. O acordo comercial entre Mercosul e União Europeia entra em vigor em maio de 2026. Este tratado funciona como uma estratégia para diversificar as parcerias e reduzir a dependência

exclusiva de uma única potência. O Brasil busca retomar seu protagonismo internacional através deste equilíbrio diplomático.

Os minerais críticos ganham centralidade absoluta na disputa geopolítica contemporânea em 2026. A América Latina possui as maiores reservas mundiais de lítio e cobre necessárias para a transição energética. O controle sobre estas matérias-primas essenciais define a competitividade industrial no século XXI. As grandes potências intensificam esforços para garantir acesso seguro a estes recursos estratégicos (OPEB, 2026).

Esta disputa geoeconômica impõe sérios desafios para a preservação da autonomia política regional. A fragmentação institucional e o "regionalismo líquido" dificultam uma resposta coordenada da América Latina. Os países da região precisam articular estratégias comuns para negociar com China e Estados Unidos em posição de força. A capacidade de equilibrar esses interesses definirá o futuro do desenvolvimento latino-americano.

5. O acordo Mercosul-União Europeia

A assinatura do acordo entre o Mercosul e a União Europeia representa um dos avanços mais importantes das relações internacionais nas últimas décadas. O processo de negociação durou mais de vinte anos entre os dois blocos econômicos. O texto final reflete interesses comerciais profundos e mudanças na geopolítica global. Este pacto comercial cria uma das maiores áreas de livre comércio do mundo em maio de 2026 (AGÊNCIA BRASIL, 2026).

O presidente Lula e a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, encontraram-se no Rio de Janeiro em janeiro de 2026. Os líderes destacaram a importância estratégica do livre comércio para o crescimento econômico e a estabilidade regional. O diálogo avançou para áreas que vão além da simples troca de mercadorias agrícolas. Brasil e União Europeia estabeleceram regras comerciais mais previsíveis e seguras para os próximos anos.

A negociação de acordos sobre minerais críticos ganhou um destaque central nas discussões bilaterais. O lítio, o níquel e as terras raras são recursos essenciais para a nova economia global contemporânea. Estes materiais garantem a produção de baterias potentes e veículos elétricos modernos. A tecnologia digital e as novas formas de armazenamento de energia dependem diretamente destes minerais estratégicos.

A cooperação entre o Brasil e a União Europeia busca estruturar projetos de investimento conjunto para a exploração mineral. O acordo incentiva a exploração sustentável dos recursos naturais no território brasileiro. A parceria prevê a transferência de tecnologia para as indústrias locais e a criação de empregos qualificados. Estes investimentos de alto valor agregado ajudam a modernizar o parque industrial nacional.

As grandes potências internacionais intensificaram a disputa pelas cadeias globais de suprimentos de minerais. O acesso seguro a estes recursos garante a segurança econômica e a competitividade das nações desenvolvidas. Os minerais estratégicos funcionam agora como instrumentos de pressão geopolítica no sistema mundial. A soberania industrial depende da estabilidade no fornecimento constante destas matérias-primas essenciais.

A América Latina adquiriu centralidade crescente na economia política internacional no ano de 2026. Países como Chile, Argentina, Bolívia e Brasil possuem reservas imensas de lítio, cobre e terras raras. A região ocupa uma posição relevante nas disputas globais por controle e acesso mineral. Estes recursos são fundamentais para o sucesso da transição energética em todo o planeta.

O acordo entre Mercosul e União Europeia funciona como estratégia para diversificar parcerias e reduzir riscos. A União Europeia deseja diminuir sua dependência estratégica de outros fornecedores globais de matérias-primas. O Mercosul busca atrair capitais estrangeiros para desenvolver setores tecnológicos avançados e sustentáveis. O tratado abre novas possibilidades de inserção internacional qualificada para os países sul-americanos.

A política externa do Brasil reflete uma estratégia de reconstrução do seu protagonismo internacional. O governo brasileiro combina a autonomia estratégica com a diversificação de parceiros em diferentes polos do mundo. Este avanço ocorre enquanto a China amplia sua forte presença econômica e comercial na região. O acordo com a Europa reconfigura as relações econômicas da América Latina e fortalece sua posição no cenário global.

6. Considerações Finais

A evolução do regionalismo latino-americano revela um processo marcado por instabilidades e mudanças constantes. O conceito de regionalismo líquido descreve com precisão a fragilidade das instituições regionais contemporâneas. A fragmentação institucional

reduz a força política do continente frente aos grandes desafios globais. Os governos nacionais precisam superar as divisões ideológicas para construir parcerias mais sólidas e duradouras.

A rivalidade entre os Estados Unidos e a China redefine a posição estratégica da região no sistema internacional. A América Latina assume um papel central na economia política global devido às suas imensas reservas de minerais críticos. O acordo entre o Mercosul e a União Europeia, em vigor desde maio de 2026, oferece uma oportunidade real de diversificação econômica. O acesso seguro ao lítio e ao cobre garante a relevância da região nas cadeias de valor tecnológicas do futuro.

O futuro da integração regional dependerá da capacidade dos países de articularem estratégias comuns de desenvolvimento. O Brasil deve exercer uma liderança pragmática para preservar a autonomia estratégica sul-americana. A diversificação de parcerias internacionais protege a região das pressões geopolíticas das grandes potências. A união entre os vizinhos permanece como a ferramenta fundamental para garantir o crescimento sustentável nas próximas décadas.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Histórico: Acordo Mercosul-UE entra em vigor de forma provisória após 26 anos de negociação.** Brasília, DF, 1 maio 2026. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 4 maio 2026.

AGÊNCIA BRASIL. **Relatório da COP30 em Belém estabelece meta de US\$ 1,3 trilhão para financiamento climático até 2035.** Belém, PA, 20 mar. 2026. Disponível em: <http://www.agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 7 maio 2026.

ALMEIDA, P. R. **Ideal politik e o Consenso de Buenos Aires.** 2003. Disponível em: <http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1135ConsBAires.html>. Acesso em: 4 mar. 2026.

BAUMAN, Z. **Liquid Modernity.** Cambridge: Polity, 2000.

BRESSAN, R. N.; LUCIANO, B. T. Percepciones y reacciones brasileñas frente a la Alianza del Pacífico: contrapeso o convergencia? In: BUELVAS, Eduardo Pastrana; JOST, Stefan (org.). **Incidencias Regionales y Globales de la Alianza del Pacífico.** 1. ed. Ciudad de Mexico: Fundación Konrad Adenauer, 2016. v. 1, p. 255-275.

BRESSAN, R. N.; OLIVA, M. L. B. O regionalismo pós-hegemônico e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. In: **Geopolítica e Integração Regional na América Latina.** 1. ed. Foz do Iguaçu: CLAE e-Books, 2021. v. 1, p. 18-34.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CHINA (CCDIBC). **Porto de Chancay consolida Peru como o novo "hub" da China na América do Sul.** São Paulo, 15 abr. 2026. Disponível em: <http://www.ccdibc.com.br>. Acesso em: 30 abr. 2026.

CAVALCANTI, F. G. O Mercosul pós-Dilma Rousseff e o retorno do regionalismo aberto. In: BRICEÑO RUIZ, J. et al. (coord.). **La integración latinoamericana en debate: incertidumbre, formatos institucionales fragmentados y caminos alternativos latentes.** 1. ed. Buenos Aires: Teseo, 2019. p. 69-96.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **América Latina enfrentará 2026 com menor dinamismo e estagnação do consumo.** Santiago, Chile, 15 dez. 2025. Disponível em: <http://www.cepal.org/pt-br>. Acesso em: 2 maio 2026.

EL PAÍS. **Impacto do incidente na Embaixada do México em Quito ainda paralisa diálogos na CELAC.** Cidade do México, 12 jan. 2026. Disponível em: <http://brasil.elpais.com>. Acesso em: 6 maio 2026.

FUCCILLE, L. A.; LUCIANO, B. T.; BRESSAN, R. N. Para Além do Comércio: Mercosul, Democracia e Segurança Regional. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, v. 112, p. 217-250, 2021.

MARIANO, K. L. P.; LUCIANO, B. T.; BRESSAN, R. N. LIQUID REGIONALISM: a Typology for regionalism in the americas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 64, n. 2, 2021.

MONITOR MERCANTIL. **Washington adverte aliados latino-americanos sobre investimentos da China em infraestrutura crítica.** Rio de Janeiro, 5 nov. 2025. Disponível em: <http://monitormercantil.com.br>. Acesso em: 1 maio 2026.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA E DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL (OPEB). **Líderes sul-americanos buscam reconstruir agenda de segurança energética via Unasul.** São Bernardo do Campo, SP, 10 abr. 2026. Disponível em: <http://opeb.org>. Acesso em: 3 maio 2026.

RAMOS, M. A. H. Etapas de la integración en América Latina. In: VV.AA. **Derecho de la integración: Unión de Naciones Suramericanas UNASUR.** Bogotá: Grupo Editorial Ibañez, 2011.

REVISTA TEORIA E DEBATE. **Integração energética avança com a explosão da mineração de lítio no Vale do Jequitinhonha e nos Andes.** São Paulo, abr. 2026. Disponível em: <http://teoriaedebate.org.br>. Acesso em: 2 maio 2026.

RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. The Rise of Post-Hegemonic Regionalism in Latin America. In: RIGGIROZZI, P.; TUSSIE, D. (eds.). **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America.** Southampton: Springer, 2012. p. 1-16.

SAHAHUJA, J. A. Del 'Regionalismo Abierto' al 'Regionalismo Post-Liberal'. Crisis y Cambio en la Integración Regional en América Latina. **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe 2008-2009**, Buenos Aires, p. 11-54, 2009.

SERBÍN, A. Los nuevos escenarios de la regionalización: Déficit democrático y participación de la sociedad civil en el marco del regionalismo suramericano. **Documentos CRIES**, n. 17, 2011.

TRAINE, M. Neopopulismo. O estilo político da pop-modernidade. In: LODOLA, Germán et al. **Neopopulismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2004. v. 2, p. 45-60. (Ano 5).

TUSSIE, D.; TRUCCO, P. **Nación y Región en América Del Sur**: los actores nacionales y la economía de La integración sudamericana. Buenos Aires: Teseo, 2010.

VAZ, A. C. **Cooperação, integração e processo negociador**: a construção do Mercosul. Brasília: IBRI, 2002.

VEIGA, P.; RÍOS, S. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul**: origens, iniciativas e dilemas. Santiago: CEPAL, 2007. (Série Comércio Internacional, n. 82).

VIGEVANI, T. Os novos paradoxos latino-americanos. **Política Externa**, v. 14, São Paulo, p. 17-27, 2006.

VIGEVANI, T.; MARIANO, M. (org.). **Hemeroteca Política Externa Brasileira, 1983-2002** (Banco de dados). São Paulo: Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), 2008. Disponível em: Consórcio de Informações Sociais (CIS).

WEYLAND, K. Neoliberalism and democracy in Latin America: a mixed record. **Latin American Politics and Society**, Miami, p. 135-156, 2004.

ZAKARIA, F. The Rise of Illiberal Democracy. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, p. 22-43, 1997. Disponível em: . Acesso em: 20 jul. 2021.